

[Home](#) > [Contratos](#)

Contrato nº 101/2024/2024

Última atualização 18/06/2024

Local: Ribas do Rio Pardo/MS **Órgão:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBAS DO RIO PARDO

Unidade executora: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 000050/24 **Categoria do Processo:** Serviços de Saúde

Data de divulgação no PNCP: 18/06/2024 **Data de assinatura:** 29/05/2024 **Vigência:** de 29/05/2024 a 28/05/2025

Id contrato PNCP: 17701982000141-2-000002/2024 **Fonte:** Fiorilli Software

Id contratação PNCP: [17701982000141-1-000002/2024](#)

Id CIFI: 111.11-011

Objeto:

Contratação Emergencial de Clínica especializada para internação compulsória para tratamento especializado em dependência química/ou saúde mental para maiores de 18 anos do sexo masculino, em atendimento de ordem judicial ao paciente D. D. L. de S., através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde do Município de Ribas do Rio Pardo- MS.

VALOR CONTRATADO

R\$ 48.000,00

FORNECEDOR:

Nome/Razão social: BEM VIVER CLINICA MEDICA LTDA **CNPJ/CPF:** 25.534.201/0001-08 **Tipo:** Pessoa jurídica

[Arquivos](#) [Histórico](#)

| Nome | Data | Tipo |
|----------------------|------------|----------|
| CONTRATO_--_PNCP.pdf | 18/06/2024 | Contrato |

Exibir: 1-1 de 1 itens

Página

< >

[Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o atudido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de extrema responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.